



1.

ACESSIBILIDADE TOTAL NA CULTURA E NO LAZER

Romeu Kazumi Sasaki³

A afirmação de que “Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção”, inserida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 1948), inspirou o combate às barreiras arquitetônicas nos últimos 50 anos do século 20 e nos anos iniciais do terceiro milênio.

O conceito “combate às barreiras arquitetônicas” evoluiu ao longo do tempo para dar origem ao conceito “acessibilidade arquitetônica”. Mais tarde, ampliou-se este conceito para abranger outros aspectos igualmente importantes.

1.1. Breve história da acessibilidade

• Década de 1950

Profissionais de reabilitação denunciam a existência de barreiras físicas nos espaços urbanos, edifícios e meios de trans-

3. Consultor de inclusão social. Contato: romeukf@uol.com.br



porte coletivo que impediam ou dificultavam a locomoção de pessoas com deficiência.

● **Década de 1960**

Universidades americanas iniciaram a eliminação das barreiras arquitetônicas existentes em seus recintos: áreas externas, estacionamentos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, lanchonetes etc.

● **Década de 1970**

Surge em 1972 o primeiro Centro de Vida Independente (CVI) do mundo, em Berkeley, Califórnia, EUA. Logo depois, foram sendo fundadas centenas de CVIs naquele país. Os CVIs impulsionaram o exercício da independência (tomada de decisões) e da autonomia (funcionalidade física) de pessoas com deficiência. Diz a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes: “As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade.” (NAÇÕES UNIDAS, 1975).

● **Década de 1980**

O lema “Participação Plena e Igualdade”, do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981), levou pessoas com deficiência a desencadear campanhas mundiais para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e para exigir não apenas a eliminação delas (por meio do *desenho adaptável*), como também a não-inserção de barreiras já nos projetos arquitetônicos (por meio do *desenho acessível*). Diz

a Declaração de Cave Hill: “Todas as barreiras que impeçam a igualdade de oportunidades devem ser removidas.” (*DISABLED PEOPLES’ INTERNATIONAL*, 1983). Afirmar o Programa Mundial de Ação relativo às Pessoas com Deficiência: “Os Países-Membros devem trabalhar em prol de um ambiente físico acessível para todos, abrangendo as pessoas com vários tipos de deficiência.” (NAÇÕES UNIDAS, 1983).

● **Década de 1990**

Surgem o conceito de *desenho universal* (ambientes, meios de transporte e utensílios devem ser projetados para todos), o paradigma da inclusão e a visão de diversidade humana – ampliando o conceito de acessibilidade para abranger as dimensões arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais etc. Afirmar o documento Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência: “Os Países-Membros devem iniciar medidas que removam os obstáculos à participação no ambiente físico. Tais medidas devem desenvolver padrões e diretrizes e considerar a promulgação de leis para garantir a acessibilidade a várias áreas da sociedade, tais como moradia, edifícios, serviços de transportes públicos e outros meios de transporte, ruas e outros ambientes externos.” (NAÇÕES UNIDAS, 1993). Diz a Carta para o Terceiro Milênio: “O século 20 demonstrou que, com inventividade e engenhosidade, é possível estender o acesso a todos os recursos da comunidade – ambientes físicos, sociais e culturais. No século 21, nós precisamos estender este acesso – que poucos têm – para muitos, eliminando todas as barreiras ambientais que se interponham à plena inclusão deles na vida comunitária.” (*REHABILITATION INTERNATIONAL*, 1999).



• Século 21

Prossegue a longa luta pelo direito de ir e vir, incorporando-se ao movimento em defesa de todos os direitos humanos de todas as pessoas. O Artigo 9, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (NAÇÕES UNIDAS, 2006), se ocupa do tema “acessibilidade”, o qual é citado também em outros Artigos. O Brasil assinou esse documento, que é considerado o primeiro tratado internacional de direitos humanos do século 21 (BRASIL, 2007); ratificou-o com valor de emenda constitucional (BRASIL, 2008) e também o promulgou (BRASIL, 2009).

1.2. Inclusão nas artes e na cultura

O esforço de incluir pessoas com deficiência no âmbito das artes e da cultura comuns teve também a sua história, já contada, desde 1997, em meu livro (SASSAKI, 2010b) e aqui reproduzida com algumas atualizações.

No passado, a pessoa com deficiência foi focalizada como um tema nas artes e na cultura.

A partir da década de 1970, ela passou a ser uma protagonista nesses campos, inicialmente de uma forma muito tímida.

Nos anos de 1980, um verdadeiro movimento se alastrou pelo mundo inteiro, mostrando a alta habilidade de pessoas com as mais variadas deficiências, na condição de artistas, dançarinos, músicos, atores de cinema e de teatro, diretores, fotógrafos, escritores e outros (GAZETA DE PINHEIROS, 1980; MARINHO, 1981; CASTRO, 1982; INTERNATIONAL REHABILITATION REVIEW, 1984; CASA DE DAVID, 1985).

E a década de 1990 presenciou trabalhos artísticos e literários de ótima qualidade, desempenhados por pessoas com deficiência, que impressionaram e emocionaram familiares e especialistas, bem como a população em geral (*REVISTA INTEGRAÇÃO*, 1990; GILBOA, 1994; PRIETO& MORELLI, 1997).

Nessa década, não só organizações profissionais específicas de artistas com deficiência se apresentaram para plateias comuns (p. ex., VIEGAS, 1995; FACCIO, 1996; HIRAO, 1996a, 1996b; SANT'ANNA, 1996; RODA VIVA COMPANHIA DE DANÇA, 1996), mas também grupos informais, geralmente de instituições especializadas, se empenharam em desenvolver e estimular as habilidades artísticas e literárias de seus alunos ou aprendizes.

Num esforço de *integração social*, esses grupos formais e informais estiveram se aperfeiçoando, para provar que tinham capacidade e habilidade tanto quanto os artistas sem deficiência. Essa capacidade já vinha sendo comprovada há quase 30 anos, mas a sociedade como um todo ainda não havia tido a oportunidade de conhecê-la por si mesma e, por isso, se maravilhava e se encantava vendo o desempenho artístico, intelectual e cultural das pessoas com deficiência. Esse desconhecimento acontecia também nas famílias que passam a ter alguém com deficiência.

Agora, no movimento pela *inclusão social*, luta-se por uma sociedade que, tendo entendido o direito de as pessoas serem diferentes e o valor da diversidade humana, seja modificada para aceitá-las como parte da população geral. Nesse sentido, veremos com frequência cada vez maior duas tendências mundiais:



- pessoas com deficiência, possuidoras de grandes talentos artísticos e literários, atuando com profissionais sem deficiência e não mais em grupos formados exclusivamente por pessoas com deficiência, como ainda acontece hoje em dia;

- pessoas com deficiência se envolvendo com artes e cultura, não para se destacarem e receberem prêmios algum dia, mas simplesmente para se desenvolverem com maior plenitude na condição de seres humanos, ou então para o seu lazer e prazer.

Comprovam essas tendências mundiais os frequentes registros na mídia a respeito de atividades artísticas e culturais protagonizadas por pessoas com deficiência (*FOLHATEEN*, 2000; ZILLIG, 2001; COMPANHIA DE DANÇA ARTE SEM BARRERAS, 2001) e os guias com informações de acesso, por exemplo, à arte e à cultura, para que pessoas com deficiência possam participar ativamente nos eventos oferecidos à população geral (p. ex., SCHWARZ & HARBER, 2001; MENDES, 2001; MEC, 2002; SASSAKI, 2003).

Manifestações culturais, artísticas e literárias, envolvendo pessoas com deficiências, prosseguem até os dias de hoje com uma frequência cada vez maior e produzidas por todo o Brasil (FERREIRA, 2011a; FERREIRA, 2011b; PAIVA, 2011; SOUZA SOBRINHO, 2011)

1.3. Dimensões da acessibilidade

Os exemplos de acessibilidade serão, a seguir, inseridos em uma estrutura didática formada por seis dimensões.

As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas); comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas); metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas utilizados nos sistemas sociais comuns); instrumental (sem barreiras de instrumentos, ferramentas, utensílios etc.); programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para com as pessoas que têm deficiência).

Portanto, a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

1.4. Exemplos de acessibilidade total

Como um paradigma de sociedade, a *inclusão* é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos –, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

Para exemplificar a aplicação do *paradigma da inclusão* e do conceito de *acessibilidade total*, escolhi os sistemas comuns do lazer e da cultura.



a) Dimensão arquitetônica no lazer e na cultura

Acesso fácil nos aeroportos, terminais rodoviários, espaços urbanos, hotéis e similares, museus, teatros, transportes coletivos, parques ecológicos, parques temáticos, locais de eventos, acampamentos etc.

b) Dimensão comunicacional no lazer e na cultura

Adequação das sinalizações de locais (em atenção às pessoas cegas e às pessoas com baixa visão) e contratação de intérpretes da língua de sinais, a fim de auxiliarem os trabalhadores em serviços e locais de lazer e cultura.

c) Dimensão metodológica no lazer e na cultura

Substituição da forma tradicional (que não leva em consideração as necessidades especiais de certas pessoas), a fim de que os gestores de serviços de lazer e cultura estabeleçam novas propostas e acordos com os seus usuários que têm deficiência.

d) Dimensão instrumental no lazer e na cultura

Adequação nos aparelhos, equipamentos, ferramentas e outros dispositivos que fazem parte dos locais de lazer e cultura. Tradicionalmente, os agentes do lazer e da cultura ignoram as limitações físicas, visuais, auditivas, psicossociais e intelectuais de algumas das pessoas com deficiência.

e) Dimensão programática no lazer e na cultura

Eliminação das barreiras invisíveis existentes nos decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças

escritas; barreiras que se apresentam implicitamente, mas que na prática impedem ou dificultam a utilização dos serviços de lazer e de cultura por certas pessoas.

f) Dimensão atitudinal no lazer e na cultura

Educação da sociedade como um todo e, especialmente, dos profissionais com poder de decisão, mas ainda preconceituosos a respeito de pessoas com deficiência, e que por isso deixam de abrir oportunidades de lazer e cultura para esse segmento populacional.

Referências bibliográficas

ABNT. *Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos* (NBR 9050:2004, válida a partir de 30/6/04). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004.

_____. *NBR 15290*.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. *Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/03*. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

_____. *Decreto nº 5.296, de 2/12/04*. Regulamenta as Leis 10.048, de 8/11/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; e 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.



____. *Lei 10.098, de 19/12/2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

____. *Portaria SEDH 170/2004*.

____. *Instrução Normativa SGPR 1, 2/12/2005*. Dispõe sobre acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual.

____. *Portaria MEC 976/2006*. Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação.

____. *Portaria MC 310/2006*.

____. *Portaria SLT 3/2007*.

____. *Portaria SEDH 151/2007*.

____. *Decreto Legislativo 186, 9/7/2008*. Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo.

____. *Decreto 6.949, 25/8/2009*. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo.

CASA DE DAVID. *Exposição de Desenhos de Alunos da Casa de David: a expressão plástica do excepcional*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 18 a 30 jun.1985.

CASTRO, Denise de. *Teatro: terapia e realização do deficiente*. In *Desafio de Hoje*, Rio de Janeiro, ano I, n.9, nov.1982.

COMPANHIA DE DANÇA ARTE SEM BARREIRAS. *A arte do movimento sem limites. O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 out. 2001.

DISABLED PEOPLES' INTERNATIONAL. *Declaração de Cave Hill*. Cave Hill, 1983.

FACCIO, Liane. *Paralíticos dançam: brasileiros seguem o exemplo*. *Diário Popular*, São Paulo, 5 dez.1996.

FERREIRA, Eliana Lucia. *Dança artística em cadeira de rodas*. In Eliana Lucia Ferreira (org.), coleção “Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência”, vol. 5, p.61- 136. Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011a.

FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. *Jogo, representações sociais, configurações, inclusão/exclusão*. In: Eliana Lucia Ferreira (org.), coleção “Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência”, vol. 2, p. 15-100. Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011b.

FOLHATEEN. *Juventude excluída faz espetáculo de dança*. Centro Cultural São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 dez. 2000.

GAZETA DE PINHEIROS. *Um curso de teatro que visa recuperar deficientes*. *Gazeta de Pinheiros*, São Paulo, 7 mar. 1980.

GILBOA, Yair. *Las artes y los discapacitados mentales*. *Noticias ILS-MH*, Bruxelas, n.16, p.21, 1994.

HIRAO, Roberto. *Deficientes físicos de Natal caem na dança e dão lições de vida*. *Folha da Tarde*, São Paulo, p. A12, 23 dez. 1996a.

_____. *Balé de deficientes físicos emociona público paulista*. *Folha da Tarde*, São Paulo, p.8, 20 dez. 1996b.

INTERNATIONAL REHABILITATION REVIEW. *Creativity and disability*. Nova York, p. 4-5, 3° e 4° trim. 1984.

MARINHO, Rosa. *Entre mãos* (Continuação da peça “O Milagre de Anne Sullivan”, que conta a história de Helen Keller e sua professora). Peça teatral apresentada em São Paulo em 4 dez.1981.

MEC. *Estratégias e orientações sobre artes: respondendo com artes às necessidades especiais*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, dez. 2002.

MENDES, Rodrigo H. *Arte, inclusão e acessibilidade*. In Schwarz & Harber. Guia São Paulo Adaptada 2001, p.12-13, São Paulo, 2001.



NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*. Nova York: ONU, 13 dez. 2006.

_____. *Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência* (1993). São Paulo: Centro de Vida Independente Araci Nallin, p.26, 1996.

_____. *Programa Mundial de Ação relativo às Pessoas Deficientes*. Nova York: ONU, 1983.

_____. *Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes*. Nova York: ONU, 1975.

_____. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

PAIVA, Ione Maria Ramos de. *Os jogos com canto*. In Eliana Lucia Ferreira (org.), coleção “Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência”, vol. 2, p. 101-156. Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011.

PCEPD. *Profit from our experience: Job accommodations – situations and solutions*. Washington, DC: *President’s Committee on Employment of People with Disabilities*, 1995.

PRIETO, Heloísa; MORELLI, Paulo. *Literatura: A vida sobre rodas* (do filme “A Turma da Garagem”). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 abr. 1997.

REHABILITATION INTERNATIONAL. *Carta para o Terceiro Milênio*. Londres, 1999.

REVISTA INTEGRAÇÃO. *I Mostra de Artes da Pessoa Deficiente*. Centro Cultural São Paulo, São Paulo, 23 a 30 set. 1990.

RODA VIVA COMPANHIA DE DANÇA. *Bailarinos vencem limites das rodas*. *Diário Popular*, São Paulo, p.8, 18 dez. 1996.

SANT’ANNA, Lourival. *Grupo inglês coreografa os limites físicos*. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 dez. 1996.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010b.

_____. *Deficiência psicossocial: a nova categoria de deficiência*. Fortaleza: Agenda 2011 do Portador de Deficiência, 2010a.

_____. *Inclusão no lazer e no turismo*. São Paulo: Áurea, 2003.

SCHWARZ, Andrea; HARBER, Jaques. *Guia São Paulo Adaptada 2001*. São Paulo: O Nome da Rosa, 2001.

SOUZA SOBRINHO, Pedro Américo de. *Técnicas de manejo na dança em cadeira de rodas*. In: Eliana Lucia Ferreira (org.), coleção "Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência", vol. 3, p. 81-118. Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011.

VIEGAS, Conceição. *A arte como fator de desenvolvimento e integração sociocultural da pessoa portadora de deficiência*. *Revista Integração*, n.15, p. 52-53, n.15, 1995.

ZILLIG, Júlia. *Projetos especiais para um público especial*. *Revista Cultural*, São Paulo, n. 28, p.22-24, nov.2001.